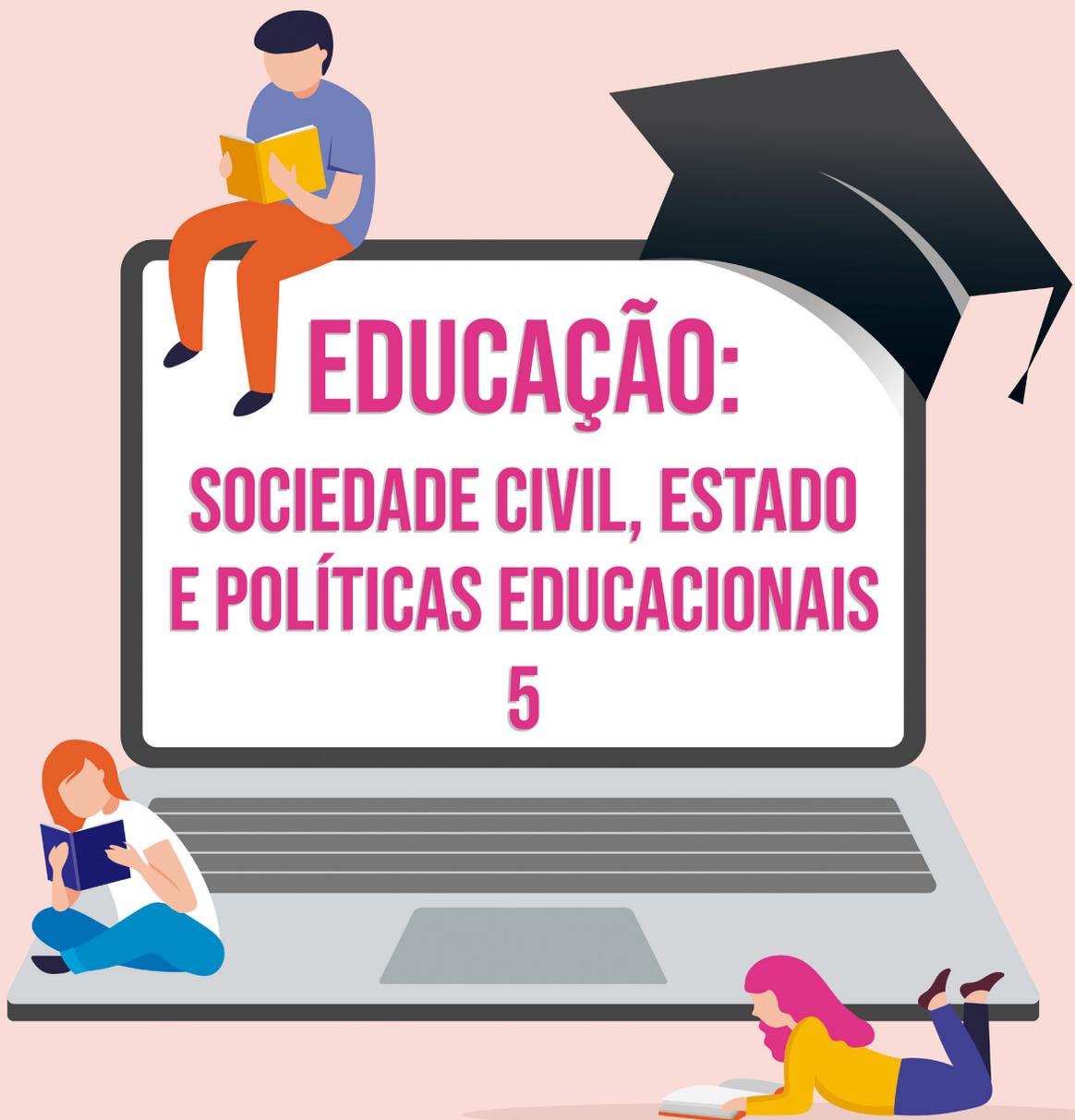


Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2021

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



EDUCAÇÃO:
SOCIEDADE CIVIL, ESTADO
E POLÍTICAS EDUCACIONAIS
5



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrááo Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secconal Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará

Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe

Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná

Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz

Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa

Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo

Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: sociedade civil, estado e políticas educacionais 5
/ Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-775-8

DOI 10.22533/at.ed.758212801

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da
(Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a repensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. Mesmo em 2021 e com a recente aprovação do uso emergencial das vacinas no Brasil, seguimos um distanciamento permeado por angústias e incertezas: como será o mundo a partir de agora? Quais as implicações do contexto pandêmico para as questões sociais, sobretudo para a Educação no Brasil? Que políticas públicas são e serão pensadas a partir de agora em nosso país?

E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro. Sabemos, partindo do que nos apresentaram Silva, Nery e Nogueira (2020, p. 100), que as circunstâncias do contexto pandêmico são propícias e oportunas para construção de reflexões sobre os diversos “aspectos relativos à fragilidade humana e ao seu processo de ser e estar no mundo, que perpassam por questões culturais, educacionais, históricas, ideológicas e políticas”. Essa pandemia, ainda segundo os autores, fez emergir uma infinidade de problemas sociais, necessitando assim, de constantes lutas pelo cumprimento dos direitos de todos.

Esse movimento sistemático de olhar para as diversas problemáticas postas na contemporaneidade, faz desencadear o que o que Santos (2020, p. 10) chamou de “[...] claridade pandêmica”, que é quando um aspecto da crise faz emergir outros problemas, como os relacionados à sociedade civil, ao Estado e as políticas públicas, por exemplo. É esse, ainda segundo o autor, um momento catalisador de mudanças sociais. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade, portanto, é um desafio, aceito por muitas professoras e professores pesquisadores brasileiros, como os compõe esse livro.

Destarte, as discussões empreendidas nesta obra, “**Educação: Sociedade Civil, Estado e Políticas Educacionais**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re)pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Reúne-se aqui, portanto, um conjunto de textos originados de autores e autoras de diferentes estados brasileiros e países.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestras, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem

os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

REFERÊNCIAS

SILVA, A. J. N. DA; NERY, ÉRICA S. S.; NOGUEIRA, C. A. Formação, tecnologia e inclusão: o professor que ensina matemática no “novo normal”. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 5, n. 2, p. 97-118, 18 ago. 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E ESTADO REFLETIDOS SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR

Andrea Lima dos Santos

Marta Pontin Darsie

DOI 10.22533/at.ed.7582128011

CAPÍTULO 2..... 12

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL DO TRABALHADOR

Geilson Batista Matias

DOI 10.22533/at.ed.7582128012

CAPÍTULO 3..... 27

PEDAGOGIA UNIVERSITÁRIA: ABORDAGENS COM VISTAS À FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ENSINO SUPERIOR

Marilde Queiroz Guedes

Marta Maria Silva de Faria Wanderley

DOI 10.22533/at.ed.7582128013

CAPÍTULO 4..... 40

DISCALCULIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO ENSINO DE MATEMÁTICA: RELATO DE CASO E INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Jéssica Ribeiro Dias

Carmelio Brandão da Silva

Lucas Martins Silva

Erivan Silva Costa

Marcílio de Macêdo Vieira

DOI 10.22533/at.ed.7582128014

CAPÍTULO 5..... 52

A CONTRIBUIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Maria Gislaine de Santana

Jandicleide E. Lopes

DOI 10.22533/at.ed.7582128015

CAPÍTULO 6..... 63

ASPECTOS RELEVANTES ENTRE AS ESTRATÉGIAS DE ENSINO DOCENTE, COM AS ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM E A MOTIVAÇÃO ALUNOS DO 5 ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Sonaira Fortunato Pereira

Francisca Maria Chagas

Laiza Cristina da Cruz Jardim de Oliveira

Eva Lúcia de Oliveira Silva

Gislaine Cristina de Souza

Aline Ajovedi Sperandio

Alexandre Pereira

Daniela Henrique Olivo

Arion Carlos de Souza
Antonio Rodrigues de Oliveira Junior
DOI 10.22533/at.ed.7582128016

CAPÍTULO 7..... 71

DESLOCAMENTO, EXPERIÊNCIA: MOVIMENTOS DE UMA ESCRITA EM ERRÂNCIA

Jair Miranda de Paiva
Andréa Scopel Piol
Mauro Brito Cunha
Olímpio Muniz Gavi

DOI 10.22533/at.ed.7582128017

CAPÍTULO 8..... 85

MEDIALABS UNIVERSITARIOS PARA LA INNOVACIÓN EDUCATIVA

Fernando Almaraz Menéndez
Teresa Martín García
María Carmen López Esteban

DOI 10.22533/at.ed.7582128018

CAPÍTULO 9..... 95

EDUCAÇÃO COOPERATIVA: INFLUÊNCIA DO GRUPO DE ESTUDO NO RENDIMENTO ACADÊMICO

Maria Flávia Pereira da Silva
Maria Elizabeth da Silva Hernandes Corrêa
Claudia Maria Waib Castello Branco
Denize Maria Galice Rodrigues
Marcelo Rodrigues
Walter Roberto Schiller
Antonio Clarete Tessaroli Junior

DOI 10.22533/at.ed.7582128019

CAPÍTULO 10..... 106

DISCURSOS TECNOPEDAGÓGICOS DO PROFESSORADO SOBRE OS USOS DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Osbaldo Turpo-Gebera
Rocio Díaz Zavala
Fernando Pari-Tito
Juan Zarate-Yeppez

DOI 10.22533/at.ed.75821280110

CAPÍTULO 11..... 116

O GOALBALL COMO CONTEÚDO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA PRÁTICA INCLUSIVA

Sonaira Fortunato Pereira
Francisca Maria Chagas
Gislaine Cristina de Souza
Aline Ajovedi Sperandio
Alexandre Pereira

Victor de Moura Ferreira
Arion Carlos de Souza
Antonio Rodrigues de Oliveira Junior

DOI 10.22533/at.ed.75821280111

CAPÍTULO 12..... 126

OS CONTORNOS DA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA: DELINEAMENTOS E PROJEÇÕES

Valéria de Fátima Carvalho Vaz Boni
Rosa Maria Sequeira

DOI 10.22533/at.ed.75821280112

CAPÍTULO 13..... 138

GESTÃO UNIVERSITÁRIA: A RELAÇÃO ENTRE AS CARACTERÍSTICAS DO CORPO DOCENTE E O DESEMPENHO DISCENTE

Alyne Alves Trindade
Jose Geraldo Pereira Barbosa
Marco Aurélio Carino Bouzada

DOI 10.22533/at.ed.75821280113

CAPÍTULO 14..... 156

TECNOLOGIA E O ENSINO DE LITERATURA NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA – EAD. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Fabrizia de Souza Carrijo

DOI 10.22533/at.ed.75821280114

CAPÍTULO 15..... 163

A PRÁTICA DOCENTE DE UMA EDUCAÇÃO MEDIADORA NO PROEITI: O DISCURSO DE PROFESSORES NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

Simone da Conceição Rodrigues da Silva
Otilia Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas

DOI 10.22533/at.ed.75821280115

CAPÍTULO 16..... 177

A IMPORTÂNCIA DA MONITORIA NA FORMAÇÃO ACADÊMICA PELA DISCIPLINA DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE E MANEJO DE RECURSOS NATURAIS

Ana Carolina de Santana Moura
Carlos Frederico Lins e Silva Brandão
Thailys Campos Magalhães
Miryam Torres dos Santos Cunha
Tertuliano Ferreira Moreno
Ramon de Lima Vila Nova

DOI 10.22533/at.ed.75821280116

CAPÍTULO 17..... 184

CRIANÇAS INVESTIGAM OS DINOSSAUROS ATRAVÉS DE DIFERENTES LINGUAGENS

Nádia Massagardi Caetano da Silva

DOI 10.22533/at.ed.75821280117

CAPÍTULO 18.....	198
I ENCONTRO DE EGRESSOS DO PET ENGALI: O IMPACTO DO GRUPO NO DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL DE SEUS PARTICIPANTES	
Loren Ramos Silvério	
Alessandra Rodrigues Barbosa	
Allana Alves de Azevedo	
Ana Paula Nogueira Guimarães	
Adriana Régia Marques de Souza	
Miriam Fontes Araújo Silveria	
DOI 10.22533/at.ed.75821280118	
CAPÍTULO 19.....	204
FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR DO ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	
Sandra Cadore Peixoto	
Andressa Franco Vargas	
Thalia Leiria Pinto	
Carolina Ferreira da Silva	
Tatiane Bertuzzi	
DOI 10.22533/at.ed.75821280119	
CAPÍTULO 20.....	220
METODOLOGIAS ATIVAS: UM ESTUDO DE CASO DE SUA APLICABILIDADE EM CURSOS DIFERENCIADOS COMO PROPOSTA DE VALIDAÇÃO DE ENSINO/APRENDIZAGEM	
Antonio Lobosco	
DOI 10.22533/at.ed.75821280120	
CAPÍTULO 21.....	229
A IMPORTÂNCIA DA MONITORIA NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DO MONITOR NA DISCIPLINA DE BIODIESEL	
Thailys Campos Magalhães	
Amanda Santana Peiter	
Tertuliano Ferreira Moreno	
Ana Carolina de Santana Moura	
Miryam Torres dos Santos Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.75821280121	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	235
ÍNDICE REMISSIVO.....	236

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E ESTADO REFLETIDOS SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR

Data de aceite: 25/01/2021

Data de submissão: 06/11/2020

Andrea Lima dos Santos

Universidade Federal de Mato Grosso

Marta Pontin Darsie

Universidade Federal de Mato Grosso

RESUMO: este estudo tem o objetivo de refletir sobre ética e cidadania no espaço escolar, visando que este tem papel primordial no desenvolvimento de qualquer sociedade. A proposta deste estudo é esclarecer que a escola deve estar pronta para discutir, refletir e praticar conceitos éticos de cunho cidadão, dentro do âmbito escolar, pois este é um espaço de reprodução social, no qual o estudante é sensibilizado a propagar as ações apreendidas no referido espaço.

PALAVRAS-CHAVE: Educação popular; Sociedade; Cidadania.

KEYWORDS: Popular education; Society; Citizenship.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo emerge de estudos bibliográficos e experiências vivenciadas em sala, particularmente do campo, no intuito de resgate do Brasil colonial, país este que emergiu de um sistema agrícola. Antes de iniciar o estudo sobre a importância da cidadania e Estado na educação se busca compreender o que significa a expressão cidadania e o que essa representa. O nome cidadania vem do latim e significa Civita, expressão segundo Araújo(2007), cuja compreensão da palavra cidadania expressa um conjunto de direitos e deveres, que permite aos cidadãos o direito de votar e serem votados, opinando na participação de forma ativa na elaboração de leis e de exercícios de função pública.

Busca-se a partir deste estudo demonstrar que a educação brasileira emerge também de um sistema ruralista e que seu contexto sofre mudanças séculos mais tarde com a Revolução Industrial, a qual impõe um modelo de educação baseado na produtividade industrial e urbanismo. Diante desta realidade, cabe afirmar que hoje o cidadão brasileiro, sem exceção, tem seus direitos garantidos pela Constituição de 1988, e tem em mãos autonomia de articular ativamente a política e o aspecto social e histórico e até

EDUCATION, SOCIETY AND STATE REFLECTED ON POPULAR EDUCATION

ABSTRACT: this study aims to reflect about the ethics and citizenship in the school space, aiming that it has a primary role in the development of any society. The purpose of this study is to clarify that the school must be ready to discuss, reflect and practice ethical concepts of a citizen, within the school environment, as this is a space for social reproduction, in which the student is sensitized to propagate the actions learned in this space.

mesmo educacional. A Constituição prevê que todo cidadão tem direito à saúde, assim como direito de acesso à educação, e esta última deve ser ofertada para o indivíduo por período indeterminado e que essa seja inclusiva em sua totalidade educacional. A Constituição de 1988 é considerada como lei cidadã, estando assegurado, em seu artigo 5º, que todas as “pessoas” são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade (...).

Estas práticas aqui destacadas não cabem somente para as práticas desenvolvidas diretamente no meio social, essas devem estar presentes em âmbito escolar, pois este espaço é o segundo contato social do indivíduo após a família. Esta relação entre escola, Estado e educação são necessárias para que realmente possa ser ofertado para a sociedade uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade.

Respeitando todos os aspectos culturais do estudante, a cidadania é muito mais do que ter em mãos o poder de escolha, e sim de buscar ter condições que garantam uma vida digna aos estudantes de forma justa e igualitária. Dessa forma, o estudo acredita que a partir do conhecimento histórico e cultural da educação brasileira será possível compreender o porquê da educação, hoje conhecida como do campo, passa por tantas deficiências em relação a sua oferta de qualidade de ensino, uma vez que falar em educação do campo é o mesmo que falar em educação brasileira em sua totalidade.

Analisar e compreender esta necessidade quanto aos educadores ajuda a construir o conhecimento do estudante, de forma ampla, oportunizando-o ter acesso a uma educação que não o restrinja somente ao conhecimento local, mas a partir do mesmo permitir a ampliação global do conhecimento através da inclusão tanto no acesso quanto ao conhecimento no sentido de incluir, no currículo pedagógico escolar, questões de cunho social, que façam parte de suas realidades, na intenção de exercer com criticidade seu papel como cidadão.

A pesquisa busca mostrar, por meio da sucinta história, o quanto o papel social e governamental esteve sempre presente no chão da escola, contribuindo de forma positiva ou não essas duas dinâmicas interferem de alguma forma, mas não há dúvidas de que ambas interferem, seja de forma positiva ou negativa.

2 | RETROSPECTIVA HISTÓRICA

O Brasil desde sua descoberta foi um país vítima de exploração dos portugueses que o colonizaram, e sofreu todo tipo de exploração que vai desde a fauna e a flora, bem como a exploração de trabalho escravo de negros e de índios.

A educação no Brasil sempre foi tratada em segundo plano ou como enfoque de resoluções de problemas sociais ou governamentais, isto ocorreu desde que o país era colonial, no qual os dirigentes que o governavam acreditavam que pessoas que lidavam com

trabalho braçal e com a terra não precisavam de conhecimento escolar. E este pensamento adentrou séculos e perpassou décadas a fio, dando origem à indiferença social, aos quais homens e mulheres do campo sofrem por exercer o trabalho agrícola oriundo do trabalho escravo.

A falta de priorizar a educação desde seu período colonial também acarretou problemas sociais, que se refletem na sociedade contemporânea, como o alto índice de analfabetismo nas regiões rurais, a desistência escolar, a falta de políticas públicas para a educação localizada no campo, ao lado de poucos recursos financeiros para desenvolver uma educação de qualidade, como se pode verificar no seguinte trecho:

a educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo, acentuado no processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: "gente da roça não carece de estudos". Isso "coisa de gente da cidade" (LEITE, 1999, p.14).

Dessa forma, o descaso proveniente dos governantes do Brasil com relação à educação tratada como rural teve a sociedade como aliada para estereotipar a imagem do homem, que se encontrava no meio rural, associando sua imagem com a ignorância e desconsiderando seus conhecimentos maternos.

De acordo com exposição de Comilo (2008, p. 21):

[...] Muitas vezes o camponês recusa-se a assumir sua identidade, pois, ao longo de sua história, foi considerado como "rude e inferior. O próprio Campo é visto como um espaço inferior à cidade. A consciência de classe passa pela consciência de identidade, que, no caso aqui discutido, é da sua cultura camponesa [...].

Ao lado dessa percepção, também se pode expor que a educação rural nunca foi mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891 mesmo conscientes de que o Brasil emergia de um sistema estritamente agrário, segundo visão de Nascimento (2009, p. 160):

O Brasil mesmo considerado um país eminentemente agrário, sequer mencionava acerca da educação rural em seus textos constitucionais de 1824 e 189, o que evidencia dois problemas de governança pública, a saber: o descaso por parte dos dirigentes com a educação destinada aos camponeses e resquícios de uma cultura política fortemente alicerçada em uma economia agrária com base no latifúndio e no trabalho escravo.

Diante do exposto, o Governo no Brasil sempre teve dificuldades em promover uma educação específica para com aqueles que viviam na zona rural, este despertar para com a categoria da população citada é somente tratada quando surge a forte migração de pessoas, que saíam da zona rural para os centros urbanos. Período em que homens e mulheres, que residiam na zona rural almejavam vida melhor e com mais oportunidades na cidade, tendo em vista que já reconheciam que o campo era um local precário para sobreviver. Naquele

período, o que motiva o êxodo exacerbado se relaciona com os poucos investimentos financeiros e políticas públicas destinados para a referida parcela da sociedade, conforme se verifica na exposição de Leite (1999, p. 28):

[...] a sociedade brasileira somente despertou para a educação rural por ocasião do forte movimento migratório interno dos anos de 1910-1920 quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo.

Nesse mesmo sentido, tal como a educação tenha sido utilizada no período colonial pelos Jesuítas para doutrinar os indígenas e, assim, atender aos desejos da cúpula portuguesa, a educação serviu séculos mais tarde como mediadora para resolução de divergências sociais e do Estado. Toma-se como exemplo a forte migração, que acarretaria o fluxo populacional e, com isso, a falta de moradia, a insuficiência de empregos, a falta de escolas para os populares, o esvaziamento nas áreas rurais, o enfraquecimento da produção de matéria, declínio da agroexportação, bem como a baixa produtividade industrial.

Desse modo, a educação específica para moradores rurais tinha o propósito de manter os moradores em suas respectivas áreas de origem, evitando o colapso urbano. Este conceito já estava preconizado na Constituição de 1934, no art.121, parágrafo 4º, que segue:

O trabalho agrícola será objeto de regulamentação especial em que se atenderá, quanto possível, ao disposto nesse artigo. Procurar-se-á fixar o homem ao campo, cuidar de sua educação rural, e assegurar ao trabalhador na colonização e aproveitamento das terras públicas (BRASIL,1994).

Como se pode perceber até o momento, a educação do passado e do presente perpassa auxiliando as diversas áreas da sociedade, demonstrando os pontos positivos de sua influência, bem como os pontos negativos pela sua ausência ou a falta de investimentos adequados no provimento de uma educação de qualidade para o campo.

Com o intuito de evitar o êxodo rural, o Governo buscou investir na manutenção e implementação de programas educacionais voltados para garantir a permanência do homem no campo, fortalecendo e assegurando o que diz no artigo 156, ainda da Constituição 1934, a seguir explicitado:

Para a realização do ensino nas zonas rurais, a união reservará, no mínimo, vinte por cento das quotas destinadas a educação no respectivo orçamento anual (BRASIL 1934).

Para que a população rural pudesse ser contida, naquela época, fica sobre responsabilidade da União garantir os recursos financeiros necessários para atender a demanda de 80% da população rural daquela época, conforme se verifica no seguinte trecho:

A Constituição Federal de 1934 foi a primeira a destinar recursos para a

educação Rural, atribuindo à União a responsabilidade pelo financiamento do ensino nessas áreas, mas as políticas públicas necessárias para o cumprimento dessa determinação nunca foram implementadas (HENRIQUES, 2007, p.27).

A manutenção educacional ofertada para aqueles que viviam no sertão tinha como concepção a produtividade que se pautava no Ruralismo Pedagógico, que era uma ramificação do movimento Escola Nova, oriundo da Europa, o movimento conhecido também como escola novista surge após a Primeira Guerra Mundial, tendo em vista se tratar de uma reforma educacional necessária para suprir as necessidades de uma nova sociedade, urbana e industrial.

Os europeus buscavam transformar a educação tradicionalista em uma educação que estivesse pautada em uma cultura comum no que tange à oportunidade de conhecimentos e na produtividade conjunta, tendo em vista que os mesmos sempre acreditaram que a educação era uma das ferramentas mais eficazes para o desenvolvimento da cidadania e da sociedade.

Nesse sentido, o movimento Escola Nova chegou ao Brasil por volta de 1930 a 1935, e contou com o apoio de renomados educadores como Anísio Teixeira, Geraldo Azevedo, entre outros. No entanto, na esfera educacional, nem todos os educadores brasileiros aderiram ao novo modelo pedagógico emancipado no Brasil.

Sud Menucci, educador, jornalista e líder do professorado paulista, foi um entre outros educadores que não aderiu ao movimento, justificando que as concepções pedagógicas estabelecidas pelo modelo escola novista não se adequava à realidade de um país extremamente agrário, o professor acreditava que deveria haver uma proposta pedagógica pautada nas necessidades da sociedade brasileira.

Por mais que o movimento escola novista trouxesse um novo olhar para a educação, no qual a base central fosse considerar o aluno em sua totalidade, indo contra os conceitos estabelecidos pela educação tradicional, que desconsiderava aspectos específicos dos estudantes, esse movimento:

Preconiza uma escola que possibilitasse as mesmas oportunidades para todos e que, sobre uma base de uma cultura geral comum, fossem oferecidas especializações nas áreas de humanidades e ciências ou cursos de caráter técnico em relação às atividades produtivas, sendo as demandas do campo e da cidade igualmente consideradas e contempladas (LEITE, 1999; ROMANELLI, 1989 apud PIRES, 2012, p.83).

Mesmo em se tratando de um ensino que garanta a oportunidade de todos terem direito ao conhecimento, o mesmo acredita que todos são munidos de uma única base cultural e poderão desempenhar atividades semelhantes, contribuindo para a produtividade, bem como para a nova sociedade industrial.

3 | CIDADÃO DE HOJE

De acordo com a Educação em Direitos Humanos (2013, p.14), durante a Segunda Guerra Mundial ocorreram fatos muito cruéis, muitas pessoas foram mortas executadas, como: judeus, homossexuais, deficientes, ciganos etc.

Neste período da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas, em 1948, estabeleceu a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de acordo com o Caderno de Educação em Direitos Humanos (2013, p.14).

Os Direitos Humanos nascem verdadeiramente a partir do Iluminismo, movimento emergido na França e que tinha o propósito de propagar os direitos de liberdade, de igualdade e de fraternidade, buscando banir a visão teocêntrica da Europa.

Os Direitos Humanos que se conhecem hoje fazem parte de um grupo organizado, o qual emergiu em função das mazelas desumanas praticadas contra judeus e pessoas que não atribuíam o padrão de exigência estabelecido na Europa.

Acerca da Segunda Guerra, se encontra em fontes da internet que na Segunda Guerra Mundial houve mais mortos do que todas as outras guerras anteriores juntas, a mesma resultou no envio de 18 milhões de pessoas a campo de concentração, com a morte de 11 milhões de vítimas da intolerância racial, étnica, gênero etc. É importante mencionar sobre a causa que motivou o surgimento dos Direitos Humanos para que possa ser desmistificado que a referida lei defende somente infratores.

Hoje, graças à elaboração dos Direitos Humanos, os indivíduos não são mais submetidos ao homicídio pelo simples fato de serem seres diferentes, a referida lei disponibilizada para que se possa conhecê-la e por intermédio da mesma reivindicar outros direitos, que estão preconizados em demais leis brasileiras. Como exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que tem como um dos pilares a Educação, e que essa é uma das ferramentas mais eficientes no desenvolvimento do cidadão e social. A lei estabelecida pelos Direitos Humanos não deve permear como ações somente no meio social, mas a mesma deve ser aplicada em âmbito educacional, pois a escola exerce papel fundamental no processo do desenvolvimento humano, cabendo a essa articular o estudante em seu aspecto histórico, político, social, cultural e étnico.

Para que a Educação possa ofertar um ensino que desenvolva todos esses aspectos é preciso que haja o comprometimento do Estado (Governo) e social. Tendo em vista que a educação deve ser ofertada de forma inclusiva e de qualidade, sendo necessário que se trabalhe em consonância com outras esferas sociais, e quanto à escola, essa deve trabalhar de forma integrada com órgãos do Estado, bem como a sociedade. Trazendo para as práticas pedagógicas questões inerentes à sociedade e ações do Governo, até para que os estudantes conheçam seus direitos e deveres e possa aprender de forma ativa e atuar na sociedade de forma crítica e responsável. Reconhecendo que a cidadania está relacionada com melhores condições de vida e de trabalho e que as mesmas estão

arraigadas às leis e às ações que o Estado estabelece.

A escola exerce papel fundamental, uma vez que essa é uma instituição que presta serviço para a sociedade, seja essa no campo ou na cidade, a Constituição assegura juntamente com outras diretrizes a oferta de uma educação inclusiva, democrática, reflexiva e crítica. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, que firma em seu artigo de que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Mediante esta declaração no artigo 1º se deve reconhecer, historicamente, que as divergências ocorridas no meio social são provenientes também de uma educação que não esteve atrelada pedagogicamente com outras esferas sociais, no sentido de inserir na escola temas sociais para promover a emancipação e a liberdade do indivíduo. Ainda hoje, a sociedade sofre com questões de ordem social e política, porém atualmente se tem uma escola que tem a liberdade de expressar, não de forma reprodutiva, mas de maneira crítica.

4 | PRÁTICA PEDAGÓGICA CIDADÃ

Não há como pensar em educação hoje sem pensar também nas questões de cunho social e político, tendo em vista que a instituição escolar presta serviço para a sociedade na responsabilidade de preparar o cidadão para o meio social, tendo em vista que os mesmos dependem de recursos oriundos do Estado, juntamente com suas legislações, que garantem e servem para reivindicar seus direitos.

O papel da escola, nesse sentido, é extremamente importante, pois essa possibilita tratar de questões pedagógicas nas mais variadas esferas sociais, bem como permear os temas em todos os componentes curriculares na oferta de uma educação formativa e informativa. O papel da escola é similar, em suas ações pedagógicas internas, intervenções que se assemelhem às práticas desenvolvidas socialmente.

Nesse sentido, o conhecimento resulta de processo de inter-relação, tal como se verifica no seguinte trecho:

Segundo Piaget, o conhecimento não pode ser concebido como algo predeterminado desde o nascimento (inatismo), nem como resultado do simples registro de percepções e informações (empirismo): o conhecimento resulta das ações e interações do sujeito no ambiente em que vive. Todo conhecimento é uma construção que vai sendo elaborada desde a infância, por meio de interações do sujeito com os objetos que procura conhecer, sejam eles do mundo físico ou do mundo cultural. O conhecimento resulta de uma inter-relação do sujeito que conhece com objeto a ser conhecido (MOREIRA, 1999, p.75).

Na perspectiva de um estudo que se volta para a realidade de uma escola do campo, não se pode abordar o tema sem antes contextualizar o fato de que existem ainda muitos desafios para uma Educação que seja desenvolvida no meio rural, visto que essa

Educação denuncia a forma ou maneira como está representada a cultura dessa parcela da sociedade, o que implica que não se pode unicamente observar a Educação no campo na perspectiva atual sem considerar o seu processo de constituição.

Assim, a Educação voltada para o campo surge como decorrente de um movimento social de luta pela terra, e a origem de conceito de Educação do campo ocorre por meio da compreensão de forma como essa Educação ocorre em atendimento de demandas de movimentos, que culminam com a construção de uma Política Educacional, que se associa com um processo de melhoria voltada para a realidade do campo brasileiro.

Assim, a Educação do campo, além de ocorrer no perímetro e competência de escolas, que visam oferecer essa modalidade de Educação, também representa um ensino voltado para as pessoas que vivem nessa região e se constitui para esses em uma construção coletiva, que envolve o poder público, a sociedade civil, os movimentos sociais e intelectuais e os próprios camponeses.

Dentro desse enfoque, a Educação do campo precisa estar dentro de um enfoque maior denominado de Educação Popular, que pode ser vista como foco de defesa do educador Paulo Freire, que esclarece que se deve buscar uma Educação Básica para o campo e de qualidade, que atenda as demandas de quem está no campo e que seja relacionada com políticas públicas que, além da educação, tenham como foco o atendimento de contexto social e econômico, que se vinculam com as ações do campo.

Complementa Freire (1999) que a participação popular, que tem a Educação como ponto principal, deve ser mecanismo para compreensão da realidade e das condições que a encaminham, o que faz entender que as escolas do campo precisam de uma perspectiva pedagógica, que tenha foco na comunidade em que se insere, sendo essa considerada como espelho de reconstrução de memória coletiva e histórica de toda comunidade, de forma que as posturas pedagógicas devem enriquecer a possibilidade de diálogo e implantação de educação, que observe a pluralidade cultural, que a execução de um Projeto Político Pedagógico relacionado com a educação do campo seja realizado não apenas na transposição de escola urbana para o campo.

De acordo com Arroyo (2011), entender a força do território, da terra e do lugar de formação social, política e cultural que se vincule com a população do campo, sendo esperado que os educadores lutem contra barreiras pedagógicas, estruturais e políticas que desconsiderem a realidade do campo como caminho para o desenvolvimento de uma prática educacional, que se vincule com a transformação social.

Assim, é relevante registrar que a Educação, que se verifica nos moldes atuais, tem uma perspectiva direcionada ao ensino de conteúdo em um paradigma essencialmente urbano, o que faz com que se perceba a Educação voltada para comunidades que residem no campo como algo pouco explorado. Nesse sentido, diversos enfoques podem ser explorados, especialmente, porque o campo em representações sociais suscita interesse e se torna imprescindível debate sobre esse cenário no qual se insere

a Educação que se faz no campo.

A Educação do Campo é relevante em estudo, uma vez que essa surge a partir de um movimento social muito simbólico e significativo para a História Social Brasileira, ressignificando vertentes políticas, econômicas e, principalmente, sociais. Ao longo das últimas décadas, o homem do campo, especialmente, aquele que vive de sua pequena propriedade, tem sido marginalizado no âmbito da Educação. Esse enfoque de marginalização decorre da perspectiva de que a cultura, o trabalho e até experiências dessa ótica são excluídas ou não recebem o devido valor quando se trata de ensino, mesmo existindo consciência de que o trabalho do pequeno produtor rural é o que atende boa parte das pessoas que vivem nas cidades.

Dentro dessa linha de abordagem, este estudo tem como objetivo a Educação que se desenvolve em escola do campo, ou seja, a Educação que se faz direcionada para o pequeno produtor, aquele que possui uma pequena propriedade, entende-se também que o ensino propiciado pela Educação do campo deve ter o processo de avaliação, que extrapole o aspecto da mensuração, gerando ao educador a possibilidade de refletir acerca da ação docente desenvolvida frente ao contexto em que se insere e aos seus educandos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito em tratar do tema educação, sociedade e Estado atrelado às escolas em modalidade de campo, primeiramente, está em reconhecer que a educação brasileira emerge do sistema agrário, pois a história mostra que logo que o Brasil foi colonizado pelos portugueses, o trabalho exercido era braçal, e os dirigentes acreditavam que pessoas que lidavam com a terra não necessitavam de conhecimento formal. Sendo assim, a educação no Brasil emergiu da necessidade de solucionar problemas de ordem social e de Governo, e durante o período colonial a educação foi utilizada para catequizar os índios e, assim, tornar fácil o processo de exploração ambiental. Logo em seguida, a educação foi utilizada para organização social, na oferta de um ensino, no qual a cultura eurocêntrica era sinônimo de conhecimento absoluto e progresso.

Ao se percorrer a história da educação se pode perceber que a base da educação brasileira está fundada nesta educação de sistema rural, tendo em vista que o trabalho agrário que se conhece hoje é oriundo do serviço braçal exercido por negros e índios no período colonial. Na intenção de solucionar fenômenos sociais recorrentes daquela época, foram criadas escolas para a população, mas mesmo se tratando de escolas para o povo, essas eram de cunho tradicionalista, no qual aspectos emocionais, físicos e cognitivos dos estudantes eram totalmente desconsiderados.

A educação contribuía na formação de cidadãos passivos e que desconheciam seus direitos constitucionais, levando também a uma sociedade pouco evolutiva. Como se pode perceber, a educação brasileira surgiu a partir de questões sociais e como ferramenta

para solucionar problemas enfrentados pelo Governo. Contribuindo, de forma negativa ou positiva, o que se pode perceber é que a educação sempre esteve arraigada com questões de ordem social, sendo este mais um dos motivos pelo qual se opta por falar sobre educação do campo, visto que os indivíduos que vivem no campo têm papel fundamental na história e na economia brasileira, porém sempre tiveram seus direitos negligenciados, sempre sofreram preconceitos pelo trabalho que exercem, e por sua cultura.

A educação do campo, quilombola e indígena se apresenta como uma das que mais fez valer a Constituição Federal de 1988, por meio de sua inquietude social, a mesma fez valer seus direitos através do movimento de reforma agrária, no qual os mesmos reivindicam uma educação emancipadora e libertadora, para que os mesmos tomem posse do seu lugar na sociedade, não de forma integrada em que homens e mulheres do campo têm que se encaixar no padrão urbanizado, e sim que sejam respeitados em seu trabalho, sua identidade, sua história e suas lutas.

A educação campestre, além de fazer parte da história da educação é uma modalidade de educação que emerge do núcleo social, a partir de problemáticas e desafios enfrentados pelo grupo, e que os mesmos utilizam o movimento social como forma de intervenção para reivindicar seus anseios e necessidades ao Estado (Governo), cuja responsabilidade é atender a necessidade da categoria.

Hoje, mais do que nunca, a educação se encontra atrelada às questões governamentais e sociais, pois atualmente essa permeia discussões no espaço escolar, no intuito de formar estudantes reflexivos, críticos e, conseqüentemente, ativos no meio social, contribuindo para uma sociedade transformadora. Quanto à escola, cabe a essa discutir e até mesmo simular ações, as quais os estudantes vivenciam ou vivenciarão em sociedade. Ao trazer questões sociais para a escola se estará ofertando uma educação formativa e informativa, em que o estudante terá a oportunidade de adquirir os conhecimentos necessários, porém pautados em questões que fazem parte da sua vida social, levando o discente a fazer parte do seu processo de aprendizagem de forma ativa e significativa, refletindo sua formação escolar no meio social.

REFÊRENCIAS

ARAÚJO, Alberto José. *et al.* Exposição múltipla a agrotóxicos e efeitos à saúde: estudo transversal em amostra de 102 trabalhadores rurais, Nova Friburgo, Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 115-130, 2007. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/244d/f50f61e18398543be8608edbe2d69844be53.pdf>. Acesso em: 14 maio 2020.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (orgs.) **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Armaduras [Entrevista a Renato Farias] Techene, São Paulo, n.mar.2007. (Fonte: Maria Vitoria Benevides in <http://www.hottopos.com/convenit6/vitoriric.htm>)

ARROYO, M.G. **A escola e o movimento social**: relativizando a escola. Revista da ANDE, São Paulo, n. 12, 1989.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Promulgada em 16 de julho 1934.

COMILO, M. E. da S. **A construção coletiva da escola**: a escola Chico Mendes e sua História. In: Anghinoni, Celso; Martins, Fernando José (Org). Educação do Campo e formação continuada de professores. Porto Alegre: Campo Mourão: EST; FECILCAM, 2008.

FORUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. XI – Educação do Campo. IN: MATO GROSSO. FORUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Plano Estadual de Educação 2006-2016. Cuiabá: SEDUC/CEE/SINTEP/UNDIME/AME, 2006, p.70-76.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LEITE, S.C. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

Mato Grosso. Secretaria de Estado de Educação. **Educação em Direitos Humanos**: construindo uma cultura de respeito e valores humanos na Educação de Mato Grosso /Organizado por Eva Auxiliadora de França e LeizeLimade Oliveira .Cuiabá: KCM Editora, 2013.

MOREIRA, M. A. **Teorias da aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1999.

NASCIMENTO, C. G. **Educação do Campo e Políticas Públicas para além do capital**: Hegemonia em Disputa. Tese de doutorado em educação. Universidade de Brasília. Faculdade de Educação UNB-2009.

ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil**: 1930-1973. Petrópolis: Vozes, 1989.

SABINO, J. **Técnica e ética da fotografia do comportamento animal**: dos pioneiros a era digital. A ecologia Brasiliensis, v.13, n.1, p.209-221, 2009. [http:// Intertema. Unitoledo.br/revista/index::](http://Intertema.Unitoledo.br/revista/index::MARKETING_E_TECNOLOGIA_NO_ENSINO) MARKETING E TECNOLOGIA NO ENSINO.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Orientações Curriculares para a Educação do Campo. IN: MATO GROSSO. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Orientações Curriculares: Diversidade Educacional. Cuiabá: Defanti, 2010, p. 107-135.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alimentação saudável 52, 55, 57, 61, 62

Aprendizagem 10, 11, 20, 21, 31, 32, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 50, 54, 58, 59, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 74, 95, 96, 97, 98, 105, 120, 126, 129, 130, 132, 135, 136, 143, 157, 158, 159, 161, 166, 169, 170, 173, 174, 176, 178, 180, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 194, 196, 199, 204, 205, 206, 207, 208, 213, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234

Atitudes 12, 32, 108, 130, 135

Atividades matemáticas 41, 44, 45, 46

Autonomia 1, 11, 21, 33, 35, 65, 69, 98, 163, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 221

C

Características do docente 138, 152

Cidadania 1, 2, 5, 6, 20, 26, 96, 107, 118, 126, 127, 129, 130, 133, 134, 135, 137, 206

Ciências do ambiente 177, 178, 180, 181, 182

D

Desempenho 49, 65, 69, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 182, 224, 225

Desenvolvimento infantil 52, 53

Deslocamento 71, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 113

Discalculia 40, 41, 42, 43, 44

Discurso tecnopedagógico 106, 109, 114

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 18, 20, 21, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 51, 52, 54, 62, 64, 65, 66, 70, 71, 72, 75, 80, 82, 83, 84, 95, 96, 97, 98, 99, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 129, 130, 135, 136, 137, 139, 145, 148, 151, 152, 153, 154, 156, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 183, 184, 185, 186, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 211, 213, 218, 219, 221, 227, 234, 235

Educação básica 8, 34, 35, 37, 38, 51, 62, 106, 110, 176, 185, 204, 205, 235

Educação cooperativa 95, 96, 98

Educação física 65, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124

Educação inclusiva 7, 42, 43, 44, 116, 117, 119, 124, 168

Educação infantil 34, 52, 54, 62, 117, 120, 184, 185, 186, 197, 213
Educação integral 163, 164, 165, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 176
Educação mediadora 163, 169, 171, 173, 174
Educação para a paz 126, 127, 136
Educação popular 1, 8, 176
Empreendedorismo 220, 221, 222, 223, 226, 228
ENADE 138, 139, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155
Ensino 2, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 16, 19, 20, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 51, 53, 54, 58, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 95, 96, 97, 105, 108, 110, 111, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 135, 136, 139, 140, 141, 144, 146, 151, 153, 156, 157, 158, 160, 161, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 174, 175, 176, 178, 183, 185, 187, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 233, 234, 235
Ensino à distância 156
Ensino de línguas 127, 129
Ensino superior 27, 28, 29, 30, 31, 36, 37, 39, 71, 117, 139, 141, 153, 183, 199, 202, 221, 227, 229, 230, 235
Errância 71, 72, 73, 75, 79, 81, 82
Escrita 42, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 132, 182, 185, 194, 196
Estratégias 34, 51, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 104, 116, 123, 125, 131, 140, 144, 170, 196, 209, 217, 229, 233
Estratégias de aprendizagem 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70
Estratégias de ensino 51, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 123
Experiência acadêmica 177
Experiências 1, 9, 13, 18, 21, 34, 36, 38, 68, 77, 81, 99, 178, 184, 186, 187, 189, 196, 198, 199, 200, 202, 208, 212, 213, 215, 225, 228, 229, 230, 231, 233
Extensão 19, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 36, 79, 144, 198, 199, 202, 221, 230, 231

F

Formação de professores 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 44, 51, 126, 134, 175, 204, 205, 207, 218, 219, 235
Formação educacional do trabalhador 12, 13, 15, 19, 21, 23, 24

G

Gestão universitária 138, 139, 142, 143, 144, 152, 154
Graduação 83, 95, 139, 140, 141, 144, 149, 154, 163, 178, 183, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 208, 211, 221, 229, 231, 232, 235

Grupos de estudo 96, 98

I

Inclusão 2, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 116, 118, 121, 123, 124, 125, 134, 174, 229

Infância 7, 55, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 167, 184, 185, 197

Innovación 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94

Innovación educativa 85, 86, 87, 91, 94

Interdisciplinaridade 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 39, 68, 205, 206, 207, 218, 219

L

Literatura 31, 44, 71, 73, 76, 77, 78, 132, 139, 144, 151, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 224

M

Mediação intercultural 126, 127, 129, 134, 135, 136

Medialab 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94

Metodologias ativas 95, 96, 97, 99, 105, 220, 221, 223, 226, 227, 228

Monitoria 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 229, 230, 231, 232, 233, 234

Motivação no contexto escolar 64, 65

N

Negócios 144, 145, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 228

Nuevas metodologías 85

P

Pedagogia da infância 184

Pedagogia de projetos 184

Pedagogia universitária 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39

Pesquisa 2, 16, 18, 19, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 43, 44, 45, 50, 54, 55, 56, 59, 61, 62, 63, 65, 66, 69, 70, 71, 81, 105, 116, 119, 120, 121, 124, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 163, 169, 174, 175, 182, 184, 193, 194, 198, 199, 201, 202, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 220, 221, 223, 224, 227, 230, 231, 232, 235

Prática docente 36, 37, 163, 164, 174, 175, 184, 208, 217

Práticas interdisciplinares 21, 204, 205, 206, 209

Problem Based Learning 220, 223

Processo ensino-aprendizagem 32, 58, 64, 208, 219

PROEITI 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176

Professores 11, 21, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 50, 51, 54, 61, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 82, 97, 98, 100, 104, 106, 107, 109, 110, 111, 118, 119, 120, 123, 126, 132, 134, 135, 138, 141, 142, 143, 146, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 187, 204, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 224, 235

S

Saúde 2, 10, 52, 53, 56, 57, 59, 62, 66, 96, 105, 124, 234

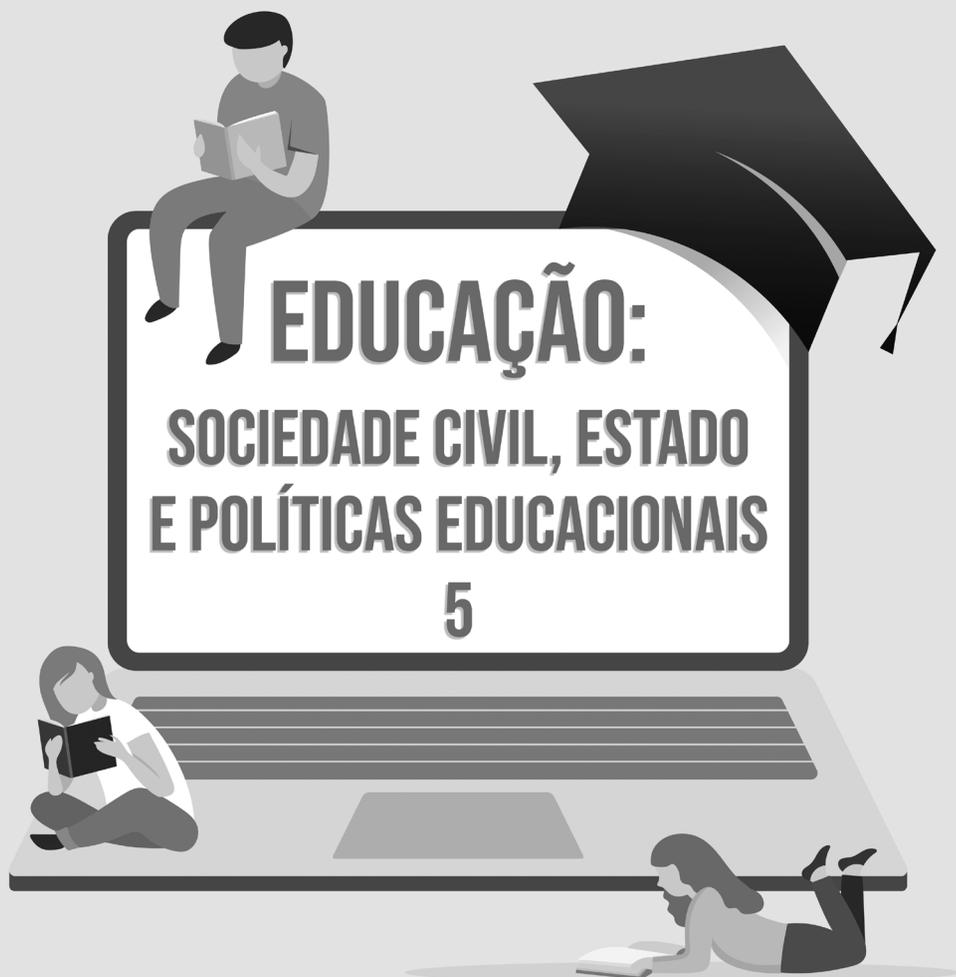
Sociedade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 18, 19, 27, 28, 29, 30, 31, 44, 61, 62, 68, 80, 107, 109, 110, 118, 123, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 153, 155, 159, 161, 171, 172, 200, 202, 205, 206

T

Tecnologia 11, 40, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 142, 156, 159, 177, 179, 206, 221, 223, 225, 229

TIC 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 142

Trabajo colaborativo 85, 90, 92



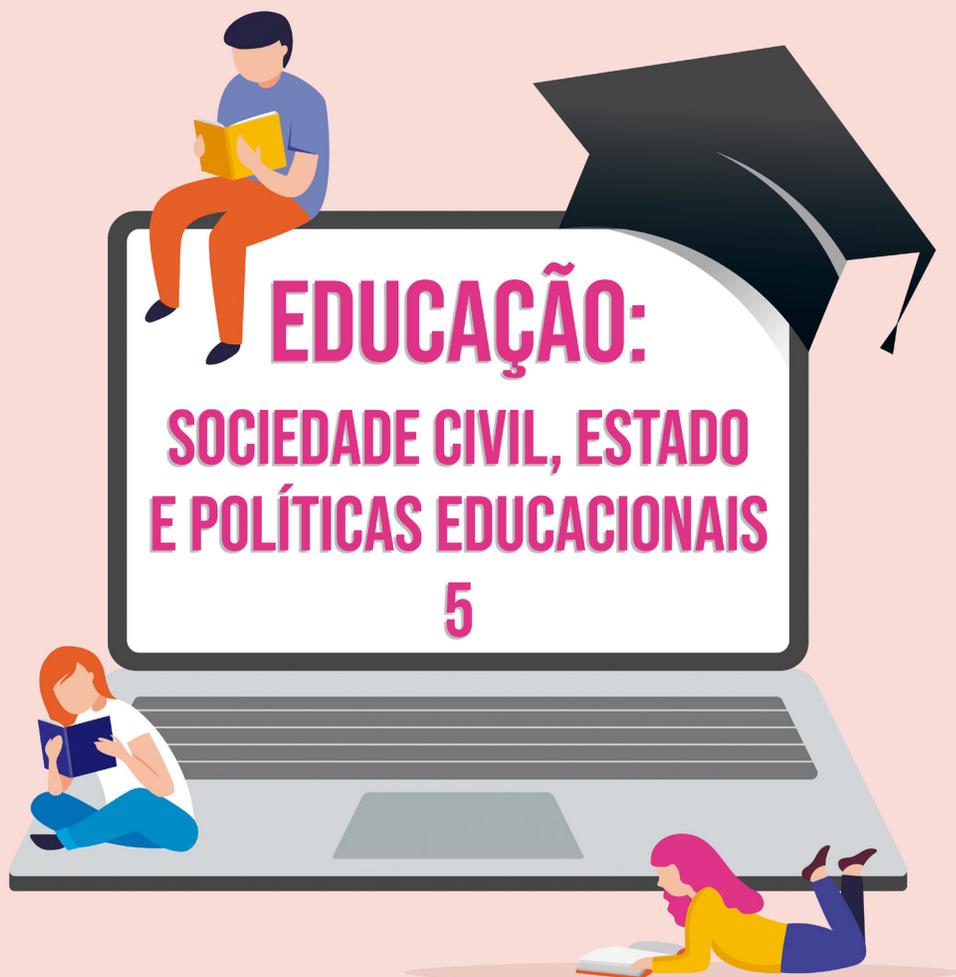
www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2021



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021